

Tribunal Judicial de Lisboa

Juízo de Instrução Criminal n.º 4

Processo Penal n.º 2023/0456 – Burla Informática por Phishing

NOTIFICAÇÃO DE EXECUÇÃO DA INDENIZAÇÃO CIVIL

Requerente: Ministério Público, representado pela **Procuradora Dr. Marta Santos** (OA 54321), com sede na Av. da República, 45, 1050-012 Lisboa, NIF 508 123 456.

Réu: **João da Silva**, solteiro, residente na Rua da Boavista, 12-2-D, 1200-345 Lisboa, NIF 123 456 789.

Vítima: **Maria das Dores Fernandes**, casada, residente na Largo da Sé, 7, 3000-123 Coimbra, NIF 987 654 321.

Data: 22 de fevereiro de 2026

1. Fundamentação jurídica 1.1. Nos termos do **artigo 80.º do Código de Processo Civil** e do **artigo 728.º do Código Penal**, a sentença condenatória proferida nos autos acima referidos, datada de **20 de junho de 2024**, condenou o réu ao pagamento de **indenização civil** à vítima no valor de **€ 32 000,00 (trinta e dois mil euros)**, a título de reparação do dano patrimonial resultante das transferências fraudulentas realizadas entre os dias **10 e 25 de março de 2023**.

1.2. A referida sentença foi notificada ao réu em **15 de junho de 2024**, tendo sido, desde então, cumprida a fase de recurso, que não resultou em modificação da condenação. Assim, a decisão encontra-se **transitada em julgado**, nos termos do **artigo 543.º do Código de Processo Penal**, e passa a ser executável.

1.3. Nos termos do **artigo 759.º do Código de Processo Civil**, a presente notificação tem por objetivo dar ciência ao réu da obrigação de pagamento da indenização civil, bem como do prazo legal para o cumprimento espontâneo, sob pena de instauração de medida executiva coerciva.

2. Obrigação de pagamento O réu **JOÃO DA SILVA** fica obrigado a pagar à vítima **MARIA DAS DORES FERNANDES** a quantia de **€ 32 000,00 (trinta e dois mil euros)**, acrescida dos juros de mora legal a partir da data de **15 de junho de 2024**, até ao dia da efetiva liquidação, nos termos do **artigo 818.º do Código Civil**.

O pagamento deverá ser efetuado **até ao prazo de 15 (quinze) dias úteis** a contar da data de receção desta notificação, sob a forma indicada na tabela abaixo:

Modalidade de pagamento	Dados Bancários da Vítima	Prazo
Transferência bancária (IBAN)	IBAN: PT50 0002 0000 1234 5678 9015 4 BIC/SWIFT: CGDIPTPL	15 dias úteis
Depósito em Juízo (Conta da Secção de Execução)	Entidade: Tribunal Judicial de Lisboa N.º da Conta: 00123/2026 IBAN: PT50 0035 0000 0000 0012 3456 78	15 dias úteis

Nota: O pagamento por depósito em juízo deverá ser acompanhado da indicação do número de processo (2023/0456) e do nome da vítima, sob pena de não ser considerado válido.

3. Consequências da não observância 3.1. **Inadimplemento:** Caso o réu não efetue o pagamento no prazo assinalado, será iniciada a **execução forçada** nos termos do **artigo 762.º do Código de Processo Civil**, podendo ser requerida a **penhora** de bens, **arresto** de contas bancárias, ou qualquer outro ato executório necessário à satisfação do crédito.

3.2. **Juros de mora:** Os juros de mora incidirão à taxa legal de **4 % (quatro por cento) ao ano**, a contar da data de **15 de junho de 2024**, até à data do efetivo pagamento, nos termos do **artigo 447.º do Código Civil**.

3.3. **Custas processuais:** O réu será responsável pelo pagamento das custas e despesas processuais decorrentes da execução, nos termos do **artigo 774.º do Código de Processo Civil**.

4. Meios de comunicação Para efeitos de prova de recebimento desta notificação, o réu deverá **assinar o comprovativo de entrega** que será entregue em mãos pelo agente de notificação ou, alternativamente, **acusar a receção por correio certificado com aviso de receção (AR)**.

Qualquer dúvida ou pedido de esclarecimento deverá ser dirigido, por escrito, ao **Ministério Público**, através da **Secção de Instrução Criminal do Tribunal Judicial de Lisboa**, com o endereço indicado no cabeçalho desta notificação.

5. Conclusão Em face do exposto, **NOTIFICA-SE** o réu **JOÃO DA SILVA** da obrigação de pagamento da indemnização civil no valor de **€ 32 000,00**, devendo cumprir o referido pagamento dentro do prazo de **15 (quinze) dias úteis**, sob pena de execução coerciva e aplicação de juros e custas, nos termos da legislação aplicável.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

Dr. Marta Santos

Procuradora do Ministério Público
OA 54321

Documento emitido em conformidade com o disposto no Código de Processo Civil, Código Penal e demais normas aplicáveis.